

## Macau na encruzilhada das rotas sino-lusófonas

Dora A. E. Martins <sup>i</sup>  
[dmartins@iscsp.utl.pt](mailto:dmartins@iscsp.utl.pt)

Durante muitos anos, Macau serviu de entreposto comercial entre o distante reino luso e os povos da região da Ásia, com especial ênfase para a China. Nascido do cego desejo de obtenção de lucros, este foi um dos estabelecimento que permitiu aos portugueses desenvolver uma relação comercial mais aprofundada com os povos orientais, não somente numa base bilateral mas também numa base multilateral, realizando trocas entre diversos reinos da Ásia. Em face do estabelecimento dos ingleses em Hong Kong, aumentou a concorrência e Macau começou a perder a sua pertinência como entreposto comercial. Ao longo do séc. XX, procurou-se desenvolver outros sectores da sua economia como seja o sector da indústria de vestuário. Contudo, foi o jogo de fortuna e azar que permitiu ao território de Macau obter grandes dividendos, proporcionando uma balança financeira altamente positiva até à actualidade.

Com a resolução do retrocesso da administração inglesa para a China, os portugueses também se viram obrigados a devolver a administração de Macau à China, o que havia de ser discutido e preparado durante alguns anos, e concretizado a 20 de Dezembro de 1999. O fortalecimento do bloco europeu através da complexificação das suas estruturas como seja a Comunidade Económica Europeia, a União Europeia e a adopção de uma moeda única, tornou-o num parceiro cada vez mais importante de Macau. Actualmente e como um bloco, a União Europeia (UE) é o segundo maior destino de exportações de Macau, logo a seguir aos Estados Unidos da América (EUA), e também a segunda maior origem de importações do território, seguindo a China continental e já precedendo Hong Kong. Tendo em conta este peso económico e comercial na economia macaense, não é de estranhar que antes de cessar a sua actividade administrativa, Portugal tentasse aprofundar a ligação de Macau àquele bloco económico. Como membro da União Europeia, Portugal procurou para Macau um papel de ligação entre a China e a Europa, em vista de algumas vantagens evidentes, como sejam as suas características

de porto franco, o ambiente favorável ao comércio e ao investimento, o enquadramento jurídico e administrativo próximo do europeu e a boa convivência entre as culturas ocidental e chinesa.

E efectivamente antes da transição da administração de Macau, deram-se alguns passos no sentido de promover o aprofundamento do seu relacionamento com a União Europeia, nomeadamente o Acordo de Comércio e Cooperação entre Macau e a UE assinado a 15 de Junho de 1992, o Centro de Informação da Europa em Macau, criado em Setembro do mesmo ano, o Instituto de Estudos Europeus de Macau, fundado três anos mais tarde, e a autonomização da Delegação de Macau em Bruxelas em relação à Embaixada portuguesa a partir de Novembro de 1999. Como forma de promover o aprofundamento das relações comerciais entre a Europa e a Ásia através de Macau, têm-se realizado naquele território os encontros “Eureka” desde 1998. O próprio chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau Edmund Ho, sublinhou a importância daquela região do globo, ao ter escolhido a Europa como o destino da sua primeira viagem oficial ao exterior.

Contudo, e na sequência da orientação económica da sua política externa, foi a República Popular da China que determinou para Macau um papel mais utilitário como plataforma de ligação aos países de língua portuguesa, especialmente os africanos. Neste contexto, em 2003, promoveu a realização do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa em Macau. Assumindo um carácter de permanência com frequência trienal, pretende-se que este fórum contribua para o aprofundamento do relacionamento económico e comercial entre a China e os países de língua portuguesa em diversos sectores e que já começou a colher frutos.

### ***Macau no contexto da economia do dragão asiático***

Com a adopção da política de reformas e abertura (*gaige kaifang*) proposta por Deng Xiaoping em 1978, verificou-se uma grande alteração das estruturas económicas a nível interno, modernizando-se e orientando-se para o exterior, mas também a própria política externa chinesa modificou-se significativamente. A partir de meados da década de 80, o mote “paz e desenvolvimento” (*heping yu fazhan*) proposto pelo Pequeno Timoneiro passou

a fazer parte do vocabulário a utilizar pelos líderes chineses nos seus discursos oficiais. Na realidade, a China necessita de um ambiente externo pacífico para orientar todos os seus esforços no sentido do desenvolvimento económico, principal *leit motiv* da política chinesa actual. O seu objectivo é alcançar uma sociedade modestamente acomodada (*xiaokang shehui*) no curto prazo. Contudo, ainda que a economia tenha registado nos últimos anos um crescimento bastante acelerado, ainda precisa de resolver muitos problemas e dar resposta a amplos desafios para alcançar o desenvolvimento num sentido mais lato, o chamado desenvolvimento científico (*kexue de fazhan guan*).<sup>1</sup>

Para alcançar estes objectivos, o governo chinês tem promovido a abertura ao exterior, orientando-se para o bom relacionamento com os países mais desenvolvidos, mas também com outros países em vias de desenvolvimento com o intuito de diversificar as suas relações externas. Durante a década de 80, a China privilegiou as relações com os dois gigantes da Guerra-fria: os Estados Unidos e a União Soviética (URSS). A queda do muro de Berlim e a desintegração da URSS veio alterar significativamente a estrutura internacional, surgindo uma ordem unipolar orientada pela superpotência americana. Os acontecimentos de Tian'anmen também em finais da década de 80 isolaram internacionalmente a China, especialmente dos países ocidentais que condenaram profundamente a atitude do governo chinês. Este facto fez Beijing tomar consciência da importância de reforçar o carácter de independência da sua política externa, evitando a dependência de qualquer outro país.

O abrandamento do crescimento económico em consequência das medidas adoptadas pelos países especialmente ocidentais após a repressão de Tian'anmen, originou a procura de novos parceiros comerciais pela China alargando o leque de opções. Durante a década de 90, a China procurou aprofundar o relacionamento com os seus vizinhos asiáticos, nomeadamente com a Coreia, o Japão, o Sudeste Asiático e mais recentemente a Ásia Central. Além disso, buscou aproximar-se de outros países desenvolvidos como seja a União Europeia, a qual em 2004 com o seu alargamento se tornou no principal

---

<sup>1</sup> Vide MARTINS, Dora – “A resposta política da China aos desafios da globalização”, in *Estudos sobre a China VIII*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006, pp. 269-295.

parceiro comercial da China com um total de 177.290 milhões de dólares de trocas comerciais.

A economia chinesa em rápido crescimento tem necessidade de grandes quantidades de matérias-primas e de recursos energéticos que escasseiam cada vez mais em território chinês. Nos últimos anos, Beijing tem procurado novas fontes destes recursos e tem sido nos países em vias de desenvolvimento onde tem encontrado uma resposta alternativa às suas necessidades. Por um lado, a China tem-se aproximado de alguns países africanos ricos em matérias-primas e recursos energéticos a troco de alguma cooperação e ajuda ao desenvolvimento. O aprofundamento deste relacionamento tem-se feito também através de Fóruns de diálogo como seja o Fórum de Cooperação China-África, criado em 2000 com o objectivo de promover a negociação e cooperação entre estas regiões sob o princípio da igualdade. Em resultado desta aproximação, o comércio entre a China e os países africanos ultrapassou os 10 milhões de USD em 2000 e quatro anos mais tarde já quase havia triplicado, cifrando-se em 29.470 milhões de USD, dos quais 13.820 milhões correspondiam a exportações e 15.650 milhões a importações chinesas.

A aproximação da China à América Latina é ainda mais significativa. A estratégia é a mesma: promoção de boas relações através de fóruns de cooperação e investimento chinês no continente e desenvolvimento de relações comerciais. Procurando essencialmente recursos energéticos e matérias-primas, a China vende aos países da América Latina produtos manufacturados de baixo custo. Em 2004, os números deste comércio cifravam-se em 40.020 milhões de USD, representando um aumento de cerca de 50% em relação ao ano anterior. Neste último caso, o défice da balança comercial é ainda mais negativa do que com África, totalizando 3.540 milhões de USD.

Por outro lado, a China tem também procurado aprofundar o seu relacionamento com os países mais avançados do mundo em vias de desenvolvimento, estabelecendo relações preferenciais, promovendo as trocas comerciais nos dois sentidos e também cooperando na concertação de

posições ao nível desta liderança colectiva do Terceiro Mundo.<sup>2</sup> Neste sentido, tem unido esforços com países como o Brasil, a Índia e a África do Sul para fortalecer as exigências aos países desenvolvidos. A China sugeriu um modelo económico alternativo ao consenso de Washington, conhecido pelo consenso de Beijing, procurando defender nos diversos fóruns internacionais, os interesses dos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente na Organização Mundial do Comércio. O reconhecimento do papel da China como um dos líderes dos países em vias de desenvolvimento, originou o convite por parte dos países desenvolvidos para integrar o Grupo dos 20<sup>3</sup> e para assistir às últimas Cimeiras do G8. E parece que a acção desta liderança colectiva tem dado alguns frutos, como seja a recentemente anunciada intenção dos países ricos de perdoar a dívida aos países menos desenvolvidos.

Parece-nos que é neste contexto que se situa a busca de um papel mais activo para Macau de aproximação aos países de língua portuguesa. A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) possui as vantagens evidentes, nomeadamente um porto franco, enquadramento jurídico e administrativo semelhante ao europeu, um ambiente propício ao comércio e ao investimento, o papel de plataforma regional de serviços, o facto das línguas chinesa e portuguesa serem simultaneamente oficiais e um meio onde as culturas chinesa e ocidental se relacionam harmoniosamente cimentadas pelos contactos entre empresários e outros profissionais chineses, portugueses e mesmo de outros países lusófonos, o que permite um conhecimento amplo e interrelacionado destes mercados. Num momento em que estabeleceu como prioridade o desenvolvimento económico, a China tem os olhos postos não só nas grandes reservas dos países de língua portuguesa mas também no mercado de consumo que totaliza cerca de 200 milhões de pessoas.

Mais do que o Brasil ou Portugal, através do Fórum para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, procura-se a aproximação aos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), com excepção de São Tomé e Príncipe que não possui relações diplomáticas com a RPC. Por

---

<sup>2</sup> Vide MARTINS, Dora – “China en el liderazgo de los países subdesarrollados”, in RIOS, Xulio (ed), *Política Exterior China: la diplomacia de una potencia emergente*, Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

<sup>3</sup> Fórum informal criado em 1999 por recomendação do então G7, constituído pelos países mais industrializados e pelos maiores países em vias de desenvolvimento, para discussão de questões relativas ao sistema internacional monetário e financeiro. Durante 2005, a China está a assumir a presidência deste Grupo.

outro lado, através dos países lusófonos espera-se desenvolver ainda mais as relações entre o dragão asiático e os blocos regionais onde cada país se insere, nomeadamente a Mercosul e a América Latina em geral, África e em menor grau a União Europeia.

### ***O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa***

A criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa aconteceu numa altura em que a Lusofonia se vinha promovendo de diversas formas. Apesar de ao longo do séc. XX se discutir formas de aprofundamento da ligação entre os países de matriz portuguesa, foi a Revolução do 25 de Abril de 1974 e a posterior obtenção de independência pelas colónias portuguesas que acelerou a necessidade de institucionalização desta ligação, tal como já o haviam feito ingleses e franceses com a *Commonwealth* e a Francofonia respectivamente. Em 1989, o presidente brasileiro José Sarney propôs aos países de expressão português reunidos em São Luís do Maranhão, a criação de um **Instituto Internacional da Língua Portuguesa**, que só viria a concretizar-se cerca de uma década mais tarde com os objectivos de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais.<sup>4</sup> Depois de uma série de reuniões preparatórias e do impulso principal dos governos brasileiro e português, é finalmente criada a 7 de Julho de 1996, em Lisboa, a **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** (CPLP) com os seguintes objectivos principais: contribuir para o reforço dos laços humanos entre estes países, incentivar a difusão e enriquecimento da língua portuguesa, incrementar o intercâmbio cultural e a difusão intelectual e artística no espaço lusófono, assim como a cooperação cultural, académica, político-diplomática, económica e empresarial entres estes países.<sup>5</sup> A CLPL ficou sediada em Lisboa, sendo os seus membros fundadores Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Timor Leste-Leste seria admitido a 21 de Julho de 2001.

---

<sup>4</sup>In site oficial do Instituto Internacional da Língua Portuguesa <<http://www.iilp-cplp.cv>>

<sup>5</sup>In Site oficial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa <<http://www.cplp.org/>>

A lusofonia tem também sido promovida através de outras actividades, nomeadamente a criação em 1986 da **União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa**, uma associação intermunicipal com o principal objectivo de “fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membro, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes”.<sup>6</sup> Presidida pela cidade de Lisboa, são membros efectivos desta associação antigas e actuais cidades capitais da língua portuguesa, entre as quais Macau, aliás um dos membros fundadores. No âmbito académico, foi fundada em 1986 a **Associação das Universidades de Língua Portuguesa** com o objectivo principal de “promover a cooperação entre as universidades e instituições de ensino e investigação superior que dela sejam membros”<sup>7</sup>. Com este objectivo, têm sido organizadas diversas actividades, nomeadamente a organização de um Encontro Anual, cujo XIII Encontro se realizou em Macau, em Abril de 2003, e o XV e último em Maio deste ano no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa. São membros titulares desta associação universidades e instituições do ensino superior dos nove países e territórios de língua portuguesa, entre os quais sete de Macau.

Têm também sido criadas algumas associações da lusofonia ao nível empresarial, como seja o **Fórum dos Empresários de Língua Portuguesa**, estabelecido em Portugal em 1998, com o objectivo de fortalecer os laços e as relações comerciais entre as comunidades lusófonas de negócios pelo mundo, sendo que recentemente a sua sede foi transferida para Macau.

Macau também tem desempenhado um importante papel na promoção da Lusofonia, por exemplo através da organização anual da **Conferência Comercial Internacional dos Países de Língua Portuguesa**. Além disso, o Instituto de Promoção do Comércio e Investimento em Macau tem celebrado acordos de cooperação com as entidades congéneres e associações comerciais dos países lusófonos, como a Associação Comercial de Portugal em Macau, o Centro Português de Negócios na Ásia, a Associação Comercial

---

<sup>6</sup> In Site Oficial da União das Capitais de Língua Portuguesa <<http://www.uccla.pt/estatutos.htm>>

<sup>7</sup> In Site Oficial da Associação das Universidades de Língua Portuguesa <[www.aulp.pt](http://www.aulp.pt)>

Internacional para os Negócios Lusófonos e a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa.

Por outro lado, e no que se refere à China, o Fórum Sino-português foi estabelecido numa altura em que se têm vindo a criar diversos Fóruns de cooperação entre a China e diferentes regiões do globo, como África, países árabes, Mercosul, Comunidade Andina, Caraíbas e América Latina em geral; assim como acordos de comércio livre com diversos países e regiões. Foi neste contexto que o governo chinês assinou dois **Acordos de Estreita Parceria Económica** (CEPA) com Hong Kong e Macau, respectivamente em Junho e Novembro de 2003. Estes Acordos têm como objectivos promover a liberalização do comércio de bens e serviços, assim como facilitar o comércio e o investimento. À semelhança do Acordo com Hong Kong, o CEPA de Macau prevê que, numa primeira fase, se isentem de direitos aduaneiros 273 itens de mercadorias a partir de 1 de Janeiro de 2004, o que representa 96% da exportação total do ano 2002 e 93% total para o continente. Até 1 de Janeiro de 2006, a isenção dos direitos aduaneiros das mercadorias importadas com origem em Macau será aplicada também pelo continente às mercadorias fora do âmbito dos 273 itens. Por outro lado, o continente concede maiores facilidades de acesso ao seu mercado de 18 sectores de serviços principais para Macau e foram também aprovadas sete medidas para simplificar os procedimentos comerciais entre Macau e o continente.

Para além destes acordos bilaterais com Beijing, a integração das Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong na realidade chinesa, especialmente no Sul da China, tem-se processado através de dois arranjos regionais: o **Grande Delta do Rio das Pérolas** e o Pan Delta do Rio das Pérolas. O primeiro é constituído pelas nove cidades incluídas no chamado Delta do Rio das Pérolas (DRP), como Guangdong, Shenzhen e Zhuhai, às quais se juntaram Hong Kong e Macau. Trata-se de uma das regiões economicamente mais prósperas e dinâmicas que integra uma das bases mundiais de manufacturas – o DRP – e Hong Kong e Macau, centros de logística, finanças, informação e serviços. O **Pan Delta do Rio das Pérolas** é já um círculo económico mas alargado, incluindo Guangdong, Macau, Hong



Kong, assim como oito outras províncias vizinhas<sup>8</sup>. Em Junho de 2004, os líderes das 9 províncias, de Hong Kong e de Macau (9+2) assinaram o “Acordo Estrutural de Cooperação Regional do Pan Delta do Rio das Pérolas”, o que contribuirá para aperfeiçoar a distribuição de recursos e a reforçar a cooperação regional em diversas matérias, assim como o poder competitivo internacional. Todos estes arranjos regionais promovidos pelo continente, tanto numa base multilateral, como bilateralmente província a província, assistem a integração das RAE na realidade chinesa, daí advindo vantagens recíprocas. E Portugal parece reconhecer o papel de ponte que Macau poderá desempenhar aproximando-o principalmente da economicamente activa província de Guangdong. Em Outubro de 2004, realizou-se em Lisboa o Fórum sobre a Cooperação Económica entre Guangdong, Macau e Portugal e, posteriormente em Janeiro, um Fórum congénere em Macau, ambos com o objectivo de desenvolver novas oportunidades de negócio.

Depois de algumas reuniões preparatórias realizadas durante 2003, o **Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa** foi finalmente criado, tendo-se a primeira edição realizado em Macau de 12 a 14 de Outubro.<sup>9</sup> O motivo da escolha da RAEM prende-se com o peculiar contexto histórico e cultural do território, assim como com o seu enquadramento jurídico e administrativo, ambiente favorável ao comércio e investimento e características de porto franco, zona aduaneira independente, baixos custos, serem línguas oficiais o português e o chinês, etc. Estas características fazem de Macau uma plataforma ideal para promoção da cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos.

O Fórum é constituído pela China e sete países de língua portuguesa: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste. S. Tomé e Príncipe não faz parte pois não tem relações diplomáticas com a República Popular da China mas tem sido convidado para algumas actividades informais de promoção do comércio com a China. O Fórum é de natureza não política e tem como objectivo a cooperação económica e o

---

<sup>8</sup> São elas: Fujian, Jiangxi, Guangxi, Hainan, Hunan, Sichuan, Yunnan, Guizhou.

<sup>9</sup> O site oficial do Fórum para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa encontra-se integrado no Ministério do Comércio da China em <[www.mofcom.gov.cn/static/ck/zhongyts/ck.html/1](http://www.mofcom.gov.cn/static/ck/zhongyts/ck.html/1)>. O site do Instituto de Promoção do Investimento em Macau tem também uma página referente ao tema em <[www.ipim.gov.mo/pt/relation/index.htm](http://www.ipim.gov.mo/pt/relation/index.htm)>

desenvolvimento. Prevendo-se que se realize com uma periodicidade trienal, cabe ao Governo da RAEM a organização do mesmo. Foi também durante este primeiro fórum que foi aprovado o Plano de Acção, que visa o reforço do intercâmbio e promoção do investimento entre a China e os países lusófonos, cobrindo diversas áreas como a cooperação inter-governamental, o comércio, o investimento e cooperação empresarial, agricultura e pescas, engenharia e construção de infra-estruturas, recursos naturais e humanos.<sup>10</sup> A edição de 2003 foi muito bem sucedida e incluiu diversas actividades, nomeadamente a assinatura de um “Protocolo de Cooperação entre os Organismos de Promoção Comercial/Câmaras de Comércio” e a realização de uma “Bolsa de Contactos Empresariais”, que reuniu mais de 300 câmaras de comércio e empresas de todos os países envolvidos com o objectivo de promover projectos conjuntos de cooperação de investimento, tecnologias, entre outros.

Para coordenar as actividades do Fórum foi criado um **Secretariado Permanente**, sendo designado como Secretário-geral Wang Liaoping, que também exerce as funções de Director do Departamento dos Negócios de Taiwan, Hong Kong e Macau do Ministério do Comércio da República Popular da China. Isto porque o Fórum se encontra na dependência deste Ministério. Em Fevereiro de 2004, foi criado um Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum.

Na sequência da criação do fórum, têm-se realizado diversas iniciativas para promoção da cooperação entre a China e os países de língua portuguesa. Entre as quais, em Junho e Julho de 2004, o Ministério do Comércio da RPC organizou um curso de formação sobre a Economia e Gestão chinesas, dirigido a chefias e quadros superiores da Administração Pública e estruturas representativas do sector privado dos países lusófonos; a 6 de Setembro de 2004, realizou-se uma conferência sobre a política e ambiente de investimento entre a China e os países lusófonos em Macau; e em finais de Outubro, o Secretariado Permanente do Fórum organizou um curso de formação sobre o

---

<sup>10</sup> “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), Conferência Ministerial de 2003 – Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial”, 13 de Outubro de 2003, Macau: Governo da Região Administrativa Especial de Macau – Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, 2003.

desenvolvimento do sector turístico na economia chinesa, em Beijing e em Macau, para dirigentes deste sector dos sete países de língua portuguesa.

Também em Outubro, no âmbito da 9.ª Feira Internacional de Macau, foi organizado conjuntamente pelo Secretariado Permanente do Fórum e pelo Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau, o **Fórum para o Comércio e o Investimento Internacionais** subordinado ao tema “Reforço da Cooperação Regional e Criação, de mãos dadas, das Oportunidades de Negócio”. Também no âmbito desta Feira realizou-se uma Exposição de Produtos da China e dos Países de Língua Portuguesa. O sucesso da Feira pode ser atestado pela presença de 70 delegações externas e locais, de natureza política e empresarial, num total de 1.300 pessoas, provenientes de diversas províncias e regiões da China, de países lusófonos e de outros países estrangeiros. De sublinhar que a maior parte dos expositores provenientes dos países de língua portuguesa assinaram acordos de cooperação com clientes de diferentes regiões da China e do mundo.

De acordo com o plano de actividades aprovado pelo Secretariado Permanente do Fórum, 2005 é um ano destinado à divulgação do Fórum e respectivas potencialidades junto dos países membros. Deste modo, de 25 a 30 de Março, realizou-se o “Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa – 2005” em Angola com a presença de uma Delegação do Secretariado Permanente do Fórum, que posteriormente visitou Moçambique, de 1 a 5 de Abril, para divulgar as suas actividades naquele país africano. No dia 17 de Maio realizou-se em Beijing um Seminário sobre o desenvolvimento do Fórum com a presença de mais de 40 especialistas e diplomatas de países de língua portuguesa, incluindo Portugal, Moçambique e Guiné-Bissau, entre outras actividades. A opinião sobre o Fórum foi assaz positiva.

De acordo com o que ficou aprovado na primeira edição quanto à periodicidade trienal do Fórum, a próxima Conferência Ministerial realizar-se-á em 2006. Segundo o secretário-geral adjunto do Fórum, Wang Cheng'an, em declarações em Julho deste ano, há fortes possibilidades da próxima edição do Fórum se realizar em Lisboa em princípios de 2006. Está também prevista, no futuro, a criação de um centro de traduções, para dar resposta ao crescente

volume de traduções orais e escritas decorrentes dos trabalhos de acompanhamento das iniciativas do Fórum.

### ***Implicações do Fórum para o relacionamento sino-lusófono***

Os países da sétima língua mais falada do mundo que fazem parte do Fórum constituem um mercado de cerca de 220 milhões de pessoas com grandes potencialidades de desenvolvimento. Por outro lado, o Fórum constitui uma porta para outros mercados onde os países lusófonos se inserem, como sejam os 370 milhões de consumidores da UE, os 200 milhões do Mercosul, a União do Sul de África, etc. E a China está ciente destas potencialidades pelo que foi da sua iniciativa a organização do Fórum.

Em sentido inverso, o Fórum é também uma boa oportunidade para os países de língua portuguesa penetrarem no enorme mercado chinês. Os países lusófonos, particularmente Portugal e o Brasil podem utilizar Macau para aceder ao mercado chinês com particular ênfase para o Sul da China. Neste aspecto, será determinante a aplicação do CEPA na consolidação do papel de Macau como plataforma comercial e de serviços da região, ligando os países lusófonos à região do Grande-Delta do Rio das Pérolas. Macau tem potencialidades para se desenvolver como plataforma económica e de serviços entre os países de língua portuguesa e a China, nomeadamente as províncias do Sul e mesmo a designada “Grande China” dos chineses ultramarinos.

Além disso, tal como salientado pelo Cônsul português em Macau, Pedro Moutinho de Almeida, “Portugal tem um bom conhecimento dos mercados e condições locais dos países africanos de língua portuguesa. Podiam ser criadas joint-ventures entre empresas chinesas, portuguesas, angolanas, moçambicanas, cabo-verdianas e o fórum podia ser uma boa oportunidade para fazê-lo.”<sup>11</sup> Na realidade, o Fórum é uma ótima oportunidade para a China assim como Macau penetrarem no mercado africano, lançando mão da ligação da RAEM aos PALOP e também da própria experiência de Portugal e Brasil nestes países. Vivem ou têm passado por Macau, empresários e profissionais das mais diversas áreas originários dos países lusófonos e que podem ajudar o governo da RAEM e mesmo a China a

---

<sup>11</sup> “Mainland and Macao have shown great vision to hold Forum says Portugal’s Consul-General in Macao Mr. Pedro Moutinho de Almeida” *in* <[www.ipim.gov.mo/english/relation/index.htm](http://www.ipim.gov.mo/english/relation/index.htm)>

penetrar nos mercados destes países. Através do Fórum pretende-se estabelecer parcerias a três, quatro ou mais empresas e delegações de diferentes países, o que se apresenta como uma das principais inovações do Fórum e que pode trazer inúmeras vantagens. Desta forma pode desenvolver-se a cooperação entre as partes, o que resultará em benefícios comuns.

E parece que estas vantagens assim como as actividades desenvolvidas pelo Fórum já têm produzido resultados. Em 2002, o valor das relações comerciais entre a China e os países de língua portuguesa era de 6.100 milhões de dólares. De acordo com os dados apresentados pelo Secretário-Geral Adjunto do Fórum Wang Cheng'an, em Luanda, em Março deste ano, as transacções comerciais entre a China e os países lusófonos totalizaram em 2004, 18 mil milhões de dólares, registando um aumento de 63%<sup>12</sup> e triplicando em relação a 2002.

Dentre os países lusófonos, o Brasil é sem dúvida o principal parceiro da China, representando as suas trocas comerciais mais de metade das trocas totais com os países lusófonos. Este valor subiu de 2.300 milhões de dólares em 2000 para 9.100 milhões de dólares em 2004. As boas relações comerciais sino-brasileiras podem ser atestadas pelo facto de que o Brasil é já o mais importante parceiro comercial da China na América Latina e a China é também o maior parceiro do Brasil na Ásia e o segundo maior do mundo, a seguir aos Estados Unidos. Para além das relações comerciais, também o investimento é um importante ingrediente no relacionamento sino-brasileiro, sendo que o investimento directo chinês no Brasil totaliza 90 milhões de dólares, segundo dados actuais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em 2005 comemoram-se os 30 anos do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China através de uma série de iniciativas. Tendo em conta o bom relacionamento bilateral existente entre estes dois gigantes, o Fórum poderá servir para promover a aproximação do Brasil a Macau e não tanto à China continental. Foi neste sentido que de 20 a 25 de Junho do corrente ano, o Chefe do Executivo da RAEM, Edmund Ho, realizou uma visita oficial ao Brasil acompanhado por uma delegação de 15 empresários. Segundo o diplomata brasileiro Edson Monteiro, do Departamento da Ásia e Oceânia no Ministério

---

<sup>12</sup> “Fórum faz a diferença”, Ponto Final, 2005, Março, 29. <[www.pontofinalmacau.com](http://www.pontofinalmacau.com)>

dos Negócios Estrangeiros brasileiro, “o grande objectivo do governo de Macau é atrair empresas brasileiras, e Macau poderia ser porta de produtos brasileiros para a Ásia.”<sup>13</sup> O papel de Macau como ponte para a entrada dos produtos brasileiros no mercado chinês, com especial relevância para o Delta do Rio das Pérolas e zonas próximas foi também sublinhado como uma pretensão futura pelo governo brasileiro nesta visita oficial.

Angola é o segundo maior parceiro comercial lusófono da China com trocas comerciais que totalizaram 4.900 milhões de dólares em 2004, o que representou um aumento 108 por cento em relação ao ano anterior. Este valor é contudo deficitário para a China devido ao peso do petróleo nas importações de Angola. Para além disso, os investidores chineses têm também demonstrado aí um grande interesse na área da construção de grandes empreendimentos em Angola.

No que se refere a Portugal, o primeiro país lusófono a estabelecer relações diplomáticas com a China, ainda que o valor das trocas comerciais com a China esteja longe do alcançado pelo Brasil e Angola, nos últimos anos tem-se assistido a um impulso significativo. Segundo os dados do Ministério do Comércio da China, o comércio bilateral luso-chinês, em 2000 era de 300 milhões de dólares e nos 11 primeiros meses de 2004 ascendeu a 786 milhões, o que representa um aumento de 48% em relação ao ano transacto. Deste valor, 525 milhões correspondem a exportações da China e 261 milhões a importações, o que representa um saldo negativo para Portugal. Como forma de estimular o comércio entre os dois países, o presidente português Jorge Sampaio visitou a China em Janeiro deste ano acompanhado por uma delegação de cerca de 120 empresários, e durante a qual foram assinados sete acordos de cooperação na área da educação, ciência e tecnologia e justiça.

No caso de Moçambique, apesar da sua dimensão, as trocas comerciais com a China ainda se localizam num nível relativamente baixo, apesar dos progressos dos últimos 30 anos. O volume total de trocas comerciais actuais entre os dois países atingiu o recorde histórico de 120 milhões de dólares. Por outro lado, a China tem procurado conceder a este país lusófono ajuda nomeadamente sob a forma de empréstimos a condições favoráveis. Segundo

---

<sup>13</sup> “Edmund Ho: Brasil precisa de chegar a Macau”, China Rádio International, 2005, Junho, 16.  
<<http://po.chinabroadcast.cn>>

um acordo firmado a 10 de Junho de 2005, o governo chinês concedeu a Moçambique um crédito de 3 milhões de euros sem juros para realização de projectos técnicos e económicos, nomeadamente para combate à pobreza.

No que se refere a Cabo Verde e à Guiné-Bissau, o volume de transacções comerciais também é relativamente reduzido. Contudo, o Fórum tem apresentado boas oportunidades para o estabelecimento de parcerias entre as empresas dos dois lados. É disso exemplo a assinatura de um contrato para construção de uma fábrica de cimento no valor de 54 milhões de dólares entre a *China Building Material Industrial Corporation for Foreign Econo-Technical Cooperation* e uma delegação de Cabo Verde, em Outubro de 2003, o que permitirá ao país transformar-se de importador líquido de cimento para exportador.

Finalmente, quanto ao mais recente Estado de Timor-Leste, a sua nascente economia não permite grandes voos. Já há muito tempo, Timor tem uma forte ligação a Macau, pois durante alguns séculos ambos estiveram subordinados ao Estado Português da Índia e durante a segunda metade do séc. XIX, passou a estar dependente da administração de Macau, o que terminou em 1896. Este passado comum pode funcionar como um factor determinante no aprofundamento do relacionamento entre a RAEM e Timor, nomeadamente ao nível da formação. Contudo, o principal interesse da China em Timor tem a ver com a riqueza energética existente ao largo da sua costa. O Fórum pode funcionar como factor de aproximação entre os dois lados não somente ao nível das trocas comerciais como também em investimento, cooperação económico-tecnológica e assistência financeira e material.

Por outro lado, e ainda que o âmbito do Fórum seja exclusivamente económico, parece-nos que a oportunidade apresentada pelo Fórum de contacto entre os responsáveis da China, Macau e diferentes países lusófonos permite um aprofundamento das relações que posteriormente se reflecte noutras áreas. A prioridade dada pelo governo chinês às relações económicas, entre as quais com os países de língua portuguesa originou um reforço da importância desta língua como instrumento de diálogo. Consequentemente, verificou-se um renovado interesse dos alunos pelos cursos de língua portuguesa não somente na China continental, mas principalmente em Macau.

Por exemplo, em 2000 o Instituto Português do Oriente tinha somente 200 alunos e em 2004 contava com cerca de mil.<sup>14</sup>

A aproximação da China aos países de língua portuguesa através do Fórum Macau tem criado um bom ambiente que estará na base do aprofundamento deste relacionamento, o poderá originar acordos de outra índole que não a económica. É disso exemplo o desejo manifestado pelo governo chinês de aprofundar a cooperação militar com Moçambique e Angola, em Junho deste ano.

### ***Considerações finais***

Nos últimos anos da administração portuguesa, Portugal empenhou-se em atribuir a Macau um papel de ponte entre a China e a União Europeia, tornando o território assim como o próprio governo português úteis nos contactos com a Europa. A actividade desenvolvida por Portugal inseriu-se num contexto de bom relacionamento político com a China, que se mantém na actualidade. Contudo, esse papel não passou de um âmbito político e cultural, com a realização de diversas iniciativas de promoção da UE no território macaense.

De acordo com a actual orientação da política externa chinesa, a prioridade é dada inegavelmente à economia. Com este objectivo em mente, a China tem desenvolvido relações económicas e comerciais com o mais variado leque de actores internacionais, como países e organizações regionais. Assiste-se a um quase frenesim de assinatura de acordos de comércio livre e de parcerias. O próprio governo chinês tem promovido a iniciativa privada com o exterior através da estratégia “*going global*”, onde as empresas chinesas são incentivadas a investir no estrangeiro. Uma iniciativa interessante desenvolvida por Beijing tem sido o estabelecimento de Fóruns de Cooperação com as mais diversas regiões do globo, como seja o Fórum de Cooperação China-África.

Foi neste contexto que o governo chinês inteligente e pragmaticamente promoveu o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, definindo para Macau um novo papel na encruzilhada das rotas sino-lusófonas. Através de diversas iniciativas tem-se

---

<sup>14</sup> FREITAS, Márcia – “Expansão da China pode salvar língua portuguesa em Macau”, *in* BBC Brasil, 2004, Outubro, 28. <[www.bbc.brasil.com](http://www.bbc.brasil.com)>



promovido o aprofundamento do relacionamento económico e comercial entre as diferentes partes, já com resultados bastante positivos. Parece-nos que a principal região que a China teria em mente ao promover este fórum seria África, onde pode obter matérias-primas e recursos energéticos em condições muito vantajosas mas onde o desconhecimento da língua e cultura lusófonas poderiam servir como entrave. O conhecimento desses mercados pode ser fornecido à China não só através de Macau mas também por países que já têm uma larga experiência naqueles territórios como Portugal e o Brasil.

Por outro lado, os países lusófonos poderão utilizar o espaço privilegiado da RAEM para fazer os seus produtos entrar no mercado chinês, ou desenvolver o investimento naquelas regiões, com especial ênfase para as regiões do Sul da China com as quais Macau tem um relacionamento privilegiado. E o conhecimento da língua e cultura chinesas em Macau poderá ajudá-los a penetrar aí.

Um dos principais meios utilizados no reforço do relacionamento comercial entre a China e os países de língua portuguesa através de Macau são as parcerias a dois ou mais empresas e delegações de diferentes países. Desta forma, se faz a interligação entre diferentes partes que poderão contribuir bastante positivamente para o êxito da negociação, daí auferindo lucros consideráveis. Depois de tantos séculos, Macau voltou a assumir um papel de entreposto comercial entre a China e os países ocidentais, neste caso de matriz lusófona e parece-nos que o relacionamento económico e comercial sino-lusófono tem futuro.

### ***Bibliografia Sumária***

CASTRO, Isabel de – “Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais”, Revista Macau, Novembro 2003, pp. 44-49.

INSTITUTO DO ORIENTE - Região Administrativa Especial de Macau: cinco anos, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.

LOPES, Gilberto – “Zona de Comércio Livre com 500 milhões de consumidores”, Revista Macau, Agosto 2004, pp. 20-23.

MARTINS, Dora - “*China en el liderazgo de los países subdesarrollados*” (in RIOS, Xulio – La Política Exterior China: la diplomacia de una potencia emergente, Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2005, pp. 251-284

MARTINS, Dora - “O novo conceito de segurança da RPC: algumas considerações”, in Estudos sobre a China VII, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005, pp. 565-606.

VÁRIOS – “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)”, Revista Macau, Novembro 2003, pp. 7-35.

### Sites da Internet

Região Administrativa Especial de Macau  
<<http://www.gov.mo/egi/Portal/index.jsp>>

Ministry of Commerce of People's Republic of China  
<<http://www.mofcom.gov.cn/>>

Instituto para a Promoção do Comércio e Investimento de Macau  
<<http://www.ipim.gov.mo/>>

---

<sup>i</sup> Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade Técnica de Lisboa), nomeadamente das cadeiras de *Política Externa da República Popular da China* e de *História da China*. Investigadora do Centro de Estudos Chineses do mesmo Instituto. Licenciatura em Relações Internacionais – especialização em Sociedade e Economia da África e da Ásia no I.S.C.S.P.-U.T.L. e Mestrado em Relações – especialização em Estudos sobre o Pacífico no mesmo Instituto (a concluir). Especialização em Relações Internacionais no Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Pequim. Membro da Sociedade de Geografia de Portugal e da *European Association of Chinese Studies*.

Realização de algumas palestras sobre a República Popular da China na actualidade e publicação de alguns artigos sobre a mesma temática, nomeadamente “*As Relações Sino-nipónicas durante o séc. XX*” (in Estudos sobre a China IV, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002), “*Os Princípios Confucionistas da Ideologia Chinesa Actual*” (in Estudos sobre a China VI, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004), “*O novo conceito de segurança da RPC: algumas considerações*” (in Estudos sobre a China VII, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005) e “*China en el liderazgo de los países subdesarrollados*” (in RIOS, Xulio – La Política Exterior China: la diplomacia de una potencia emergente, Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2005).